

Alta da tarifa de energia ameaça o teto do governo para a inflação

Previsão do mercado financeiro para o IPCA deste ano ultrapassa limite fixado pelo governo e sobe para 5,31%. Segundo analistas, projeção incorpora alta nas contas de luz. Ministro descarta risco de apagão, mas diz que consumidor precisará economizar

VB Vera Batista **PI** Pedro Ícaro*

postado em 01/06/2021 06:00 / atualizado em 01/06/2021 10:49



 (crédito: Tripe)

O mercado financeiro já precificou a alta das contas de luz em consequência da situação de emergência hídrica vivida nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por 70% da geração hidrelétrica do país. A falta de chuvas contribuiu para que economistas de instituições financeiras aumentassem pela oitava vez seguida as projeções para a inflação deste ano, levando a estimativa do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano a superar o teto da meta fixada pelo governo. De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central, a mediana das previsões passou para 5,31%, ante 5,24% no levantamento anterior. O teto da meta para 2021 é de 5,25%.

“O mercado já incorporou a elevação das tarifas da energia elétrica”, afirmou **Alex Agostini, economista-chefe da classificadora Austin Rating**. “A cada ponto percentual na energia elétrica,

temos uma contribuição de 0,4 ponto da energia. Em maio, somente por causa da bandeira vermelha, a energia foi responsável por 0,16 ponto percentual no IPCA”, lembrou Agostini. O temor de que possa ocorrer um novo apagão no país também passou a fazer parte do receio de alguns analistas.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, garantiu, porém, que o país não corre o risco de sofrer um apagão ou passar por um racionamento severo de energia. No entanto, admitiu que o quadro exige cuidado e o consumidor terá de economizar, enquanto o governo busca fontes disponíveis para gerar eletricidade em substituição à que vai faltar em boa parte das usinas hidrelétricas. Em evento com investidores no Fórum de Investimentos 2021, da Apex Brasil, ele ouviu demandas dos empresários sobre investimentos no setor, principalmente em fontes renováveis, e disse que a situação é muito complexa. “Precisamos da colaboração de todos. Não tenho dúvidas que vamos superar”, afirmou o ministro.

De acordo com analistas, a estiagem vai afetar o bolso do brasileiro em duas frentes. Por um lado, o consumidor terá que conviver com conta de luz mais caras, em consequência da crise hídrica. Por outro, perceberá uma significativa perda do poder de compra, porque todos os setores da economia vão repassar os custos para os clientes.

Efeito cascata

Adriano Gomes, consultor da Méthode Consultoria, destacou que, além da alta das matérias-primas, a crise hídrica adicionou mais risco ao cenário. “Não vejo a probabilidade de ocorrência de racionamento, visto que há como reequilibrar a oferta de energia por outras fontes. Porém, o uso dessas outras fontes tornará mais cara a energia para empresas e pessoas”, reiterou Gomes. Felipe Queiroz, economista e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), reforçou que a energia é um bem fundamental e envolve quase todas as etapas do processo produtivo. “A alta na conta de luz produz um efeito-cascata que interfere em todos os setores da vida”, disse.

O deputado Édio Lopes (PL-RR), presidente da Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara, vê riscos, mas considera que “apagão é improvável”, porque o governo já se prepara para fazer leilões de energia de termelétricas. “O cenário não é bom. Até o fim do ano, temos risco de falta de energia. É lógico que, com essa baixa nos reservatórios, o aumento da tarifa será inevitável. Depois da queda, vem o coice”, disse o parlamentar.

Diante das críticas de especialistas sobre a falta de investimentos em energia eólica e solar, o deputado ponderou que “já houve muito recurso, principalmente nos dois últimos anos. “Investimento em energia renovável não se faz de uma hora para outra, principalmente em nosso país, por questões ambientais. É uma coisa horrível, até para a implantação de uma pequena unidade. Há casos de que um plano de controle ambiental demora 12 anos. Um problema para quem quer investir”, destacou.

Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo